

RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



1. INVESTIMENTOS

1.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União

Em 2026, a dotação total autorizada registrada no Siga Brasil para o Orçamento da União foi de aproximadamente R\$ 6,5 trilhões, conforme consulta em agosto de 2026. Deste valor, aproximadamente R\$ 84,7 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 1,3% do orçamento total.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes deteve o segundo maior

orçamento de investimentos com R\$ 13,4 bilhões, o que representou 16% da dotação total. O Ministério de Portos e Aeroportos tem orçamento de investimentos de R\$ 836 milhões.

Do orçamento de investimentos da União para 2026 (R\$ 84,7 bilhões), foram empenhados R\$ 53,8 bilhões, cerca de 63,5% da dotação autorizada até o fim de agosto. No mesmo período foram liquidados R\$ 24 bilhões e pagos R\$ 22,6 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somaram R\$ 46,1 bilhões.

Tabela 1 - Execução Orçamentária da União - OGU 2026 Investimentos - Por Órgão Superior
Valores em final de período - atualizados até 17/09/2026 (R\$ milhões)

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Ministério dos Transportes	13,415	11,340	84,5%	6,934	51,7%	6,283	46,8%	2,959	9,242	1,517
Ministério da Saúde	14,101	7,501	53,2%	3,636	25,8%	3,434	24,3%	4,010	7,443	9,389
Ministério da Defesa	10,321	5,730	55,5%	2,339	22,7%	2,170	21,0%	2,328	4,498	2,646
Ministério da Fazenda	0,648	0,182	28,2%	0,019	3,0%	0,019	2,9%	0,089	0,108	0,263
Ministério da Educação	8,356	4,782	57,2%	1,614	19,3%	1,573	18,8%	3,210	4,782	5,849
Ministério das Cidades	8,398	4,595	54,7%	1,817	21,6%	1,809	21,5%	2,202	4,011	7,484
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	8,690	5,314	61,1%	0,959	11,0%	0,895	10,3%	3,483	4,378	11,881
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3,310	2,218	67,0%	0,446	13,5%	0,430	13,0%	0,950	1,381	1,608
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2,748	1,946	70,8%	0,891	32,4%	0,870	31,6%	0,710	1,579	0,196
Ministério da Agricultura e Pecuária	1,424	0,844	59,3%	0,345	24,3%	0,156	10,9%	1,154	1,309	2,152
Ministério de Portos e Aeroportos	0,836	0,471	56,3%	0,136	16,3%	0,122	14,6%	0,171	0,293	0,238
Ministério do Esporte	0,580	0,486	83,7%	0,035	6,0%	0,031	5,3%	0,348	0,379	1,302
Outros*	11,890	8,365	70,4%	4,850	40,8%	4,828	40,6%	1,912	6,740	4,262
Total	84,715	53,775	63,5%	24,021	28,4%	22,618	26,7%	23,525	46,143	48,787

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

*Inclui: Ministério da Cultura; Justiça Federal; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Justiça Eleitoral; Câmara dos Deputados; Justiça do Trabalho; Ministério das Comunicações; Ministério Público da União; Presidência da República; Ministério de Minas e Energia; Superior Tribunal de Justiça; Ministério das Mulheres; Senado Federal; Tribunal de Contas da União; Banco Central do Brasil - Bacen; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Previdência Social; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério das Relações Exteriores; Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Ministério dos Povos Indígenas; Advocacia-Geral da União; Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério da Igualdade Racial; Ministério do Trabalho e Emprego; Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Supremo Tribunal Federal; Justiça Militar da União; Controladoria-Geral da União; Conselho Nacional de Justiça; Ministério Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Defensoria Pública da União; Conselho Nacional do Ministério Público e Gabinete da Vice-Presidência da República.

1.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos

Do montante de **R\$ 13,4 bilhões** autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2026, foram empenhados cerca de **R\$ 11,3 bilhões (84,5%** da dotação autorizada) e liquidados aproximadamente **R\$ 6,9 bilhões**. Os valores pagos do orçamento foram de cerca de **R\$ 6,3 bilhões** e o total desembolsado (incluindo os restos a pagar pagos) foi de **R\$ 9,2 bilhões**.

No que diz respeito ao Ministério de Portos e Aeroportos, do montante de **R\$ 836 milhões** autorizado para investimentos em 2026, foram empenhados **R\$ 471 milhões**, liquidados R\$ **136 milhões** e pagos **R\$ 122 milhões**.

Dos **R\$ 14,1 bilhões** de investimentos autorizados para o Ministério dos Transportes (**R\$ 13,4 bilhões**) e para o Ministério de Portos e Aeroportos (**R\$ 836 milhões**), aproximadamente **82% (R\$ 11,6 bilhões)** foram destinados ao setor rodoviário. O restante foi dividido entre os setores ferroviário (**R\$ 411 milhões**), aquaviário (**R\$ 554 milhões**), aeroportuário (**R\$ 259 milhões**) e outros (**R\$ 1,3 bilhão**).

Tabela 2 - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos – OGU 2026 Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 17/09/2026 (R\$ milhões)

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar Pagos (e)	TOTAL PAGO (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	259	102	39%	25	10%	25	10%	35	60	204
Ferrovário	411	104	25%	27	7%	18	4%	103	121	198
Aquaviário	554	315	57%	72	13%	61	11%	90	150	64
Rodoviário	11.585	9.919	86%	5.930	51%	5.194	45%	2.561	7.755	1.162
Outros	1.286	582	45%	381	30%	376	29%	213	589	236
Total	14.095	11.022	78%	6.435	46%	5.674	40%	3.001	8.675	1.863

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

A União inscreveu, em 2026, aproximadamente **R\$ 8,1 bilhões** de restos a pagar processados. Deste valor, o Ministério dos Transportes inscreveu cerca de **R\$ 159 milhões**.

Em relação aos restos a pagar não-processados, a União inscreveu, em 2026, **R\$ 70,5 bilhões**. O Ministério dos Transportes teve **R\$ 4,4 bilhões** inscritos e o Ministério de Portos e Aeroportos **R\$ 439 milhões**.

Do volume total de restos a pagar inscritos pela União, os pagamentos corresponderam a **29%** do total inscrito, excluídos os cancelamentos.

O Ministério dos Transportes pagou **64%** do valor que inscreveu para 2026. O Ministério de Portos e Aeroportos pagou **41%** do seu total inscrito.

Tabela 3 - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2026

Restos a Pagar Processados - Valores em final do período - atualizados até 17/09/2026 (R\$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	159	0	131	29
Ministério de Portos e Aeroportos	1	0	1	0
União	8.072	153	2.537	5.382

Restos a Pagar Não-Processados - Valores em final do período - atualizados até 17/09/2026 (R\$ milhões)

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Ministério dos Transportes	4.404	58	2.745	1.061
Ministério de Portos e Aeroportos	439	25	158	247
União	70.458	681	20.122	49.654

Fonte: Elaboração própria com dados do Siga Brasil.

Nota: Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.



2. ENERGIA ELÉTRICA

2.1. Geração de Energia Elétrica (CCEE)

Em junho de 2026, a geração de energia elétrica no sistema interligado nacional registrou 71 GW médios, valor 3% superior ao verificado em junho de 2025.

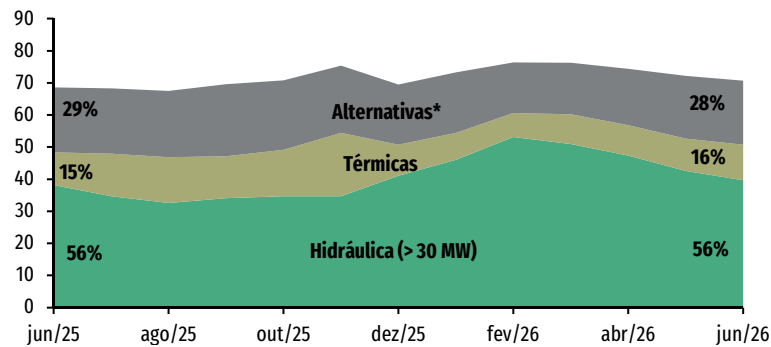
A fonte com maior participação foi a hidráulica em usinas com capacidade de geração superior a 30 MW médios (56% do total). A fonte de geração de energia que apresentou o maior crescimento em comparação ao mesmo mês do ano anterior foi a fotovoltaica (30%).

Tabela 4 - Geração de Energia por Fonte (MW médio)

Fonte	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025	Participação % 2026
Hidráulica (>30 MW)	38.125	39.674	4%	56%
Térmica	10.265	11.105	8%	16%
Eólica	14.239	13.065	-8%	18%
PCH e CGH	2.837	2.785	-2%	4%
Fotovoltaica	3.139	4.068	30%	6%
Total	68.604	70.697	3%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Gráfico 1 - Evolução da Geração de Energia por Fonte (GW médio)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

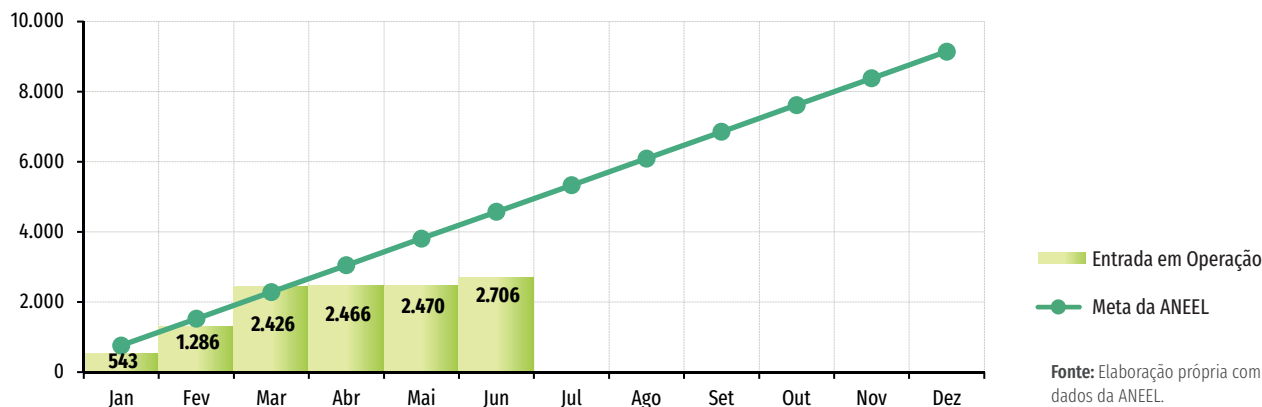
*Geração eólica, fotovoltaica, PCHs e CGHs.

2.2. Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica (ANEEL)

O gráfico apresentado a seguir ilustra a expansão acumulada da capacidade geradora no sistema interligado nacional

ao longo do ano corrente. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

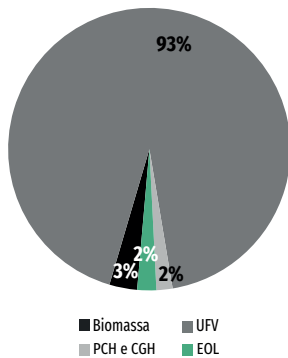
Gráfico 2 - Expansão Acumulada da Capacidade de Geração de Energia Elétrica em 2026 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Entre janeiro e junho de 2026, entraram em operação 71 usinas com um total de 2706 MW de potência instalada. Desse total, as usinas eólicas (EOLs) responderam por 59 MW, as usinas à biomassa por 86 MW, as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) por 50 MW e as centrais geradoras fotovoltaicas (UFV) por 2511 MW.

Gráfico 3 - Expansão Acumulada da Capacidade Instalada por Tipo de Geração em 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

2.2.1. Previsão da Expansão da Capacidade de Geração de Energia Elétrica

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 0,7% ao ano na capacidade total de geração elétrica do país, considerando o período entre o início de 2026 e o final de 2030.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 15 GW no período 2026-2030. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 1,3% ao ano.

Tabela 5 - Previsão para Entrada em Operação (em MW) até 2030*

Fontes Alternativas

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	1.180	3.499	268	27	6	4.980
Otimista	1.180	4.655	3.384	1.164	1.619	12.002

Usinas Termelétricas Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	2.404	663	0	0	0	3.067
Otimista	2.404	663	14	0	49	3.130

Somatório Fontes Alternativas e Fósseis

Cenário	2026	2027	2028	2029	2030	Σ
Conservador	3.584	4.162	268	27	6	8.047
Otimista	3.584	5.318	3.398	1.164	1.668	15.132

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Nota: Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Estão inclusos em fontes alternativas, 50 MW referentes à entrada de UHEs.

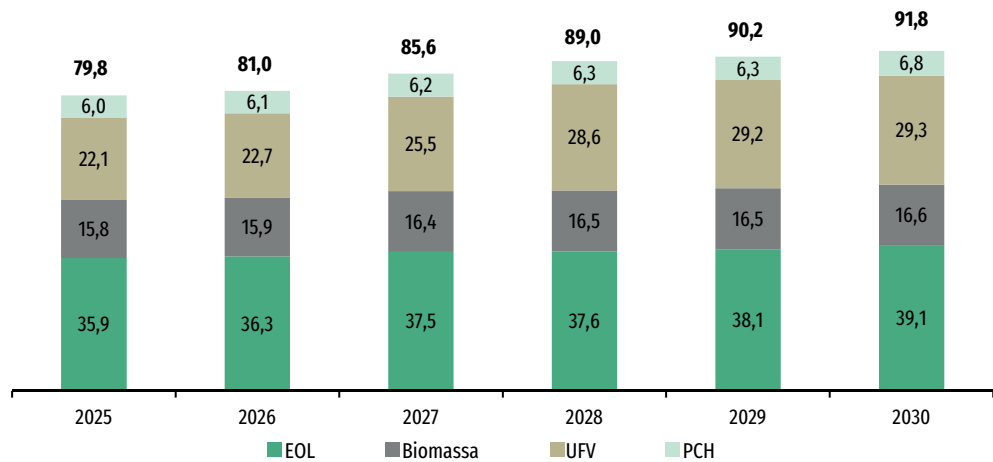
*A previsão para 2026 equivale àquela definida em 31/12/2025 para os doze meses subsequentes.

Entre 2026 e 2030, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 2% da capacidade instalada no Brasil de usinas térmicas (UTES). Mesmo com a expansão prevista, a participação na capacidade total instalada das UTES deve ser mantida em cerca de 15% (desconsiderando as centrais nucleares) até 2030. As usinas hidrelétricas devem reduzir a sua participação na matriz elétrica nacional de 49%, no início de 2026, para 48%, no final de 2030.

Ao final de 2026, as fontes de energia alternativas corresponderam a 36% da capacidade instalada total. A participação das usinas térmicas a biomassa foi de 7% e, pela previsão conservadora, o percentual deve ser mantido até 2030. No caso das usinas eólicas (EOL), a previsão é que a participação dessa fonte na capacidade instalada suba para 16%, enquanto na participação das usinas solares fotovoltaicas estima-se um aumento de 10% para 11%. A participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% até 2030.

A previsão otimista para a expansão da geração das fontes de energia alternativa é que a participação atinja, até 2030, 39% da capacidade instalada do País. As usinas solares fotovoltaicas (UFV) possuem a maior previsão de aumento da capacidade instalada, com um crescimento de 29%. Em segundo lugar ficam as usinas eólicas, com previsão de 8% de aumento de capacidade.

Gráfico 4 - Previsão da Capacidade Instalada ao Final de Cada Ano - Fontes Alternativas (GW) Cenário Otimista



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
Nota: Em 2025, Capacidade Instalada em 31/12/2025.

2.2.2. Expansão da Geração Distribuída

A geração distribuída pode ser definida como uma fonte de energia elétrica conectada diretamente à rede de distribuição ou situada junto ao próprio consumidor. Em junho de 2026, entraram em operação 443 MW de

potência instalada em geração distribuída, valor 27% inferior ao observado no mesmo mês de 2025.

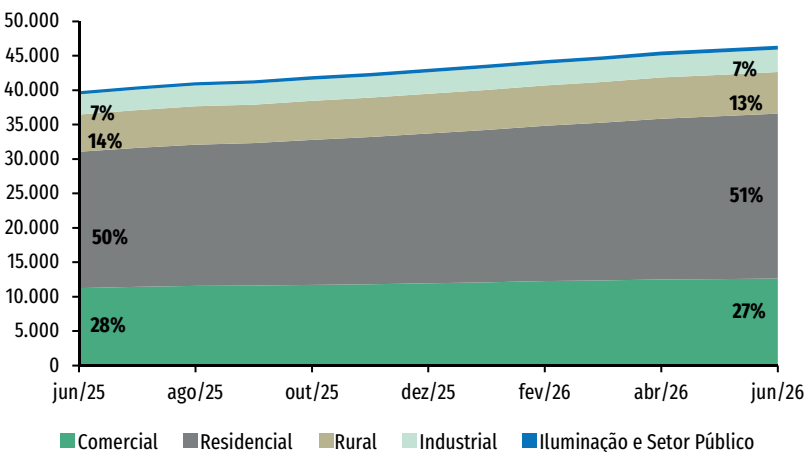
A potência instalada acumulada em geração distribuída, até junho de 2026, foi de 46.504 MW, valor 17% superior ao registrado no mesmo período de 2025. O setor industrial representou 7% desse total, com 3.263 MW de potência instalada.

Tabela 6 - Acréscimo de Potência Instalada em Geração Distribuída (MW)

Classe	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025
Residencial	336,4	270,6	-20%
Comercial	122,2	109,45	-10%
Rural	75,9	34,0	-55%
Industrial	60,5	21,2	-65%
Iluminação e Poder Público	12,4	7,9	-36%
Total	607,3	443,1	-27%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Gráfico 5 - Evolução da Potência Instalada da Geração Distribuída - Acumulado (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

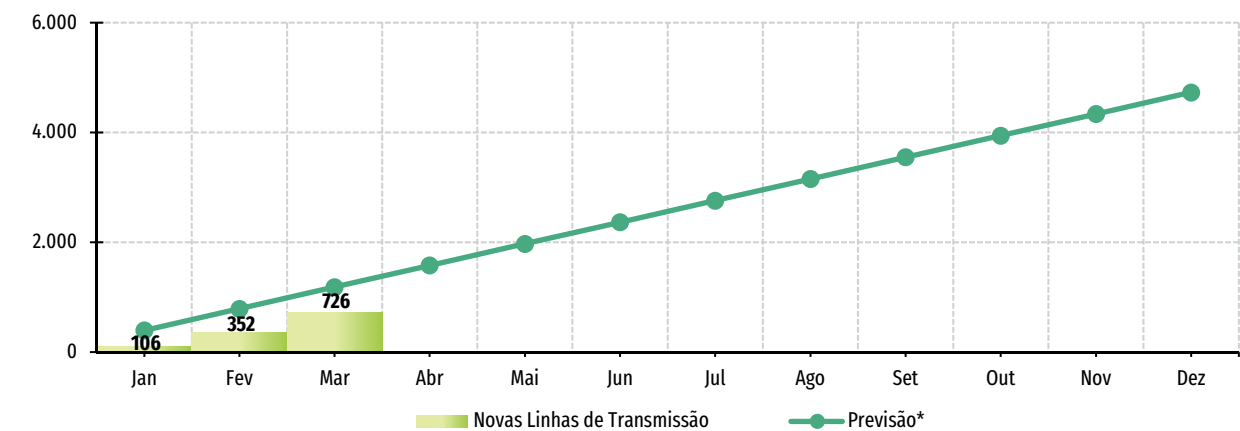
2.3. Expansão das Linhas de Transmissão (MME)

Os dados de expansão das linhas de transmissão divulgados pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** apresentam defasagem em relação ao mês de publicação do Relatório de Infraestrutura.

Em março de 2026, entraram em operação 374 novos km de linhas de transmissão. De acordo com a previsão do Ministério de Minas e Energia, a expectativa para o ano de 2026 é de 4,7 mil km de novas linhas de transmissão em operação no país. Para 2027, são previstos 4,4 mil km de novas linhas de transmissão.

As linhas de transmissão se dividem por classes de tensão que podem utilizar a rede elétrica. Do total de novas linhas que entraram em operação até março de 2026, 66 km foram da classe de tensão de 230 kV e 660 km foram da classe de tensão de 500/525 kV.

Gráfico 6 - Entrada em Operação de Novas Linhas de Transmissão (km) - Acumulado



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: *Considera a previsão divulgada pelo Ministério de Minas e Energia em janeiro 2026.

2.4. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em junho de 2026, quatro das cinco regiões apresentaram nível de energia armazenada nos reservatórios inferior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. A região Sul apresentou reservatórios com o nível de 62%, 22 pontos percentuais abaixo do verificado no mesmo mês de 2025. A região Nordeste foi a que apresentou o maior incremento no nível dos reservatórios na comparação com junho de 2025.

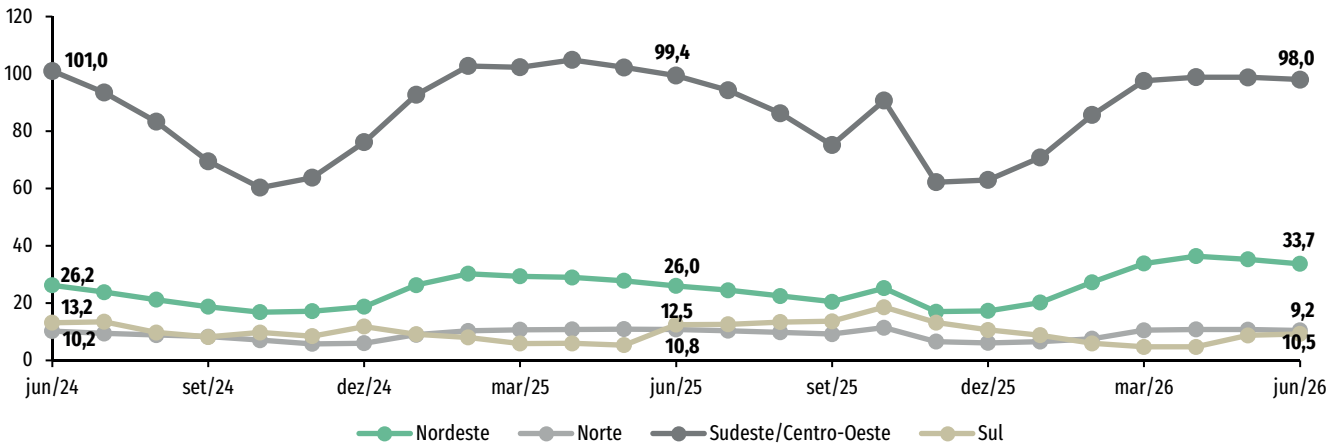
Em junho de 2026, os reservatórios brasileiros apresentaram um nível equivalente a 151.411 GWh de energia armazenada, valor 2% superior ao observado para o mesmo mês no ano anterior. As regiões Sudeste/Centro-Oeste tiveram 97.982 GWh armazenados, valor 1% inferior ao observado em junho de 2025.

Tabela 7 - Nível de Armazenagem Verificada nos Reservatórios (%)

Subsistema	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025
Nordeste	69%	89%	20,3
Norte	97%	94%	-2,8
Sudeste/Centro-Oeste	66%	66%	-0,9
Sul	84%	62%	-22,0

Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

Gráfico 7 - Energia Armazenada Verificada nos Reservatórios (milhares de GWh)



Fonte: Elaboração própria com dados do O.N.S.

2.5. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O consumo no mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em junho de 2026, 46 mil GWh, apresentando um valor 2,8% superior ao observado em junho de 2025.

O consumidor cativo é o consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora detentora da concessão ou permissão na área onde se localizam as instalações do “acessante”. Já aquele que consumia carga igual ou maior que 3.000 kW era considerado consumidor livre e podia optar por contratar seu fornecimento de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado. Essa limitação reduziu-se posteriormente, dando margem a maior abertura do mercado.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 16,6 mil GWh, valor 1% superior ao observado no mesmo mês de 2025, e representou 36% do total da energia elétrica consumida em junho de 2026.

Em junho de 2026, o setor industrial que teve maior crescimento no consumo de energia elétrica foi o de extração de minerais metálicos, apresentando um aumento de 13% no consumo de energia na comparação com o mesmo mês de 2025.

Tabela 8 - Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025
Residencial	13.858	14.386	3,8%
Industrial	16.438	16.589	0,9%
Comercial	7.982	8.432	5,6%
Outras	6.694	6.812	1,8%
Total	44.972	46.219	2,8%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Tabela 9 - Consumo de Energia Elétrica por Setor (GWh)

Setor	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025	Variação % jun/2026
Metalúrgico	4.225	4.064	-4%	25%
Outros	2.614	2.621	0%	16%
Produtos Alimentícios	2.252	2.322	3%	14%
Químico	1.512	1.576	4%	10%
Produtos Minerais e não-metálicos	1.266	1.294	2,2%	8%
Extração de minerais metálicos	1.233	1.393	13%	8%
Borracha e Material Plástico	1.019	1.012	-1%	6%
Papel e Celulose	855	846	-1%	5%
Automotivo	575	581	1%	4%
Têxtil	526	514	-2%	3%
Produtos Metálicos*	362	365	1%	2%
Total	16.438	16.589	1%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Nota: *Exceto máquinas e equipamentos.

2.6. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

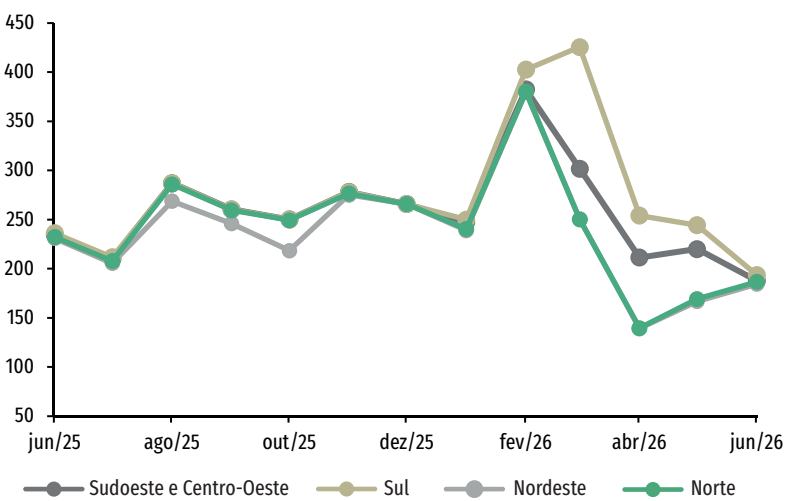
O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado.

Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as regiões.

Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, o PLD observado, em junho de 2026, foi de R\$ 188/MWh, valor 20% inferior ao registrado no mesmo mês de 2025. Para a região Sul, o PLD registrou o valor de R\$ 194/MWh, apresentando uma redução de 18% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A região Nordeste registrou o valor de R\$ 184/MWh, apresentando uma redução de 20% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já a região Norte apresentou o PLD em R\$ 187/MWh, uma redução de 20% comparado com junho de 2025.

Gráfico 8 - Média Mensal do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)



Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.



2.7. Indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica

A continuidade do fornecimento de energia é acompanhada pela ANEEL por meio da Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). Os indicadores DEC e FEC são divulgados por meio de subdivisões das distribuidoras, denominadas conjuntos de unidades consumidoras.

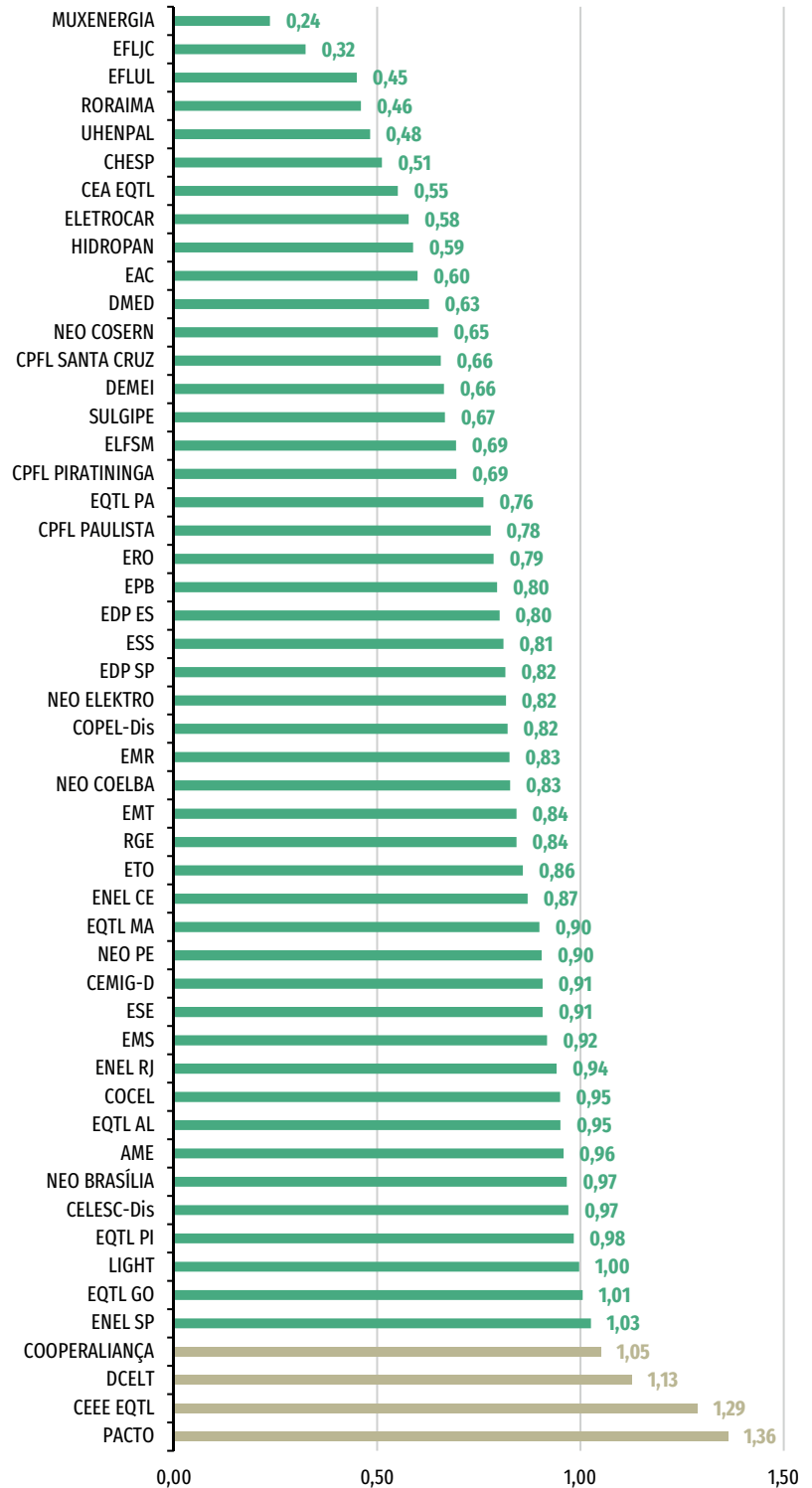
2.7.1. Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)

O DEC é um indicador elaborado pela ANEEL que mede o tempo médio, em horas, que cada conjunto de unidades consumidoras ficou sem energia elétrica em um determinado mês.

O DEC/Limite compara o valor do DEC observado com o limite estabelecido pela ANEEL. Esse índice permite avaliar se a distribuidora está dentro do padrão exigido (menor ou igual um) ou se excedeu (maior que um) o tempo máximo de interrupção determinado pela ANEEL.

Em junho, a distribuidora MUXENERGIA foi a que apresentou o melhor desempenho em termos de tempo médio de interrupção no fornecimento de energia, com um DEC de 0,24, seguida pela EFLJC (0,32) e pela EFLUL (0,45), respectivamente.

Gráfico 9 - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (DEC/Limite) - jun/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.

2.7.2. Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC)

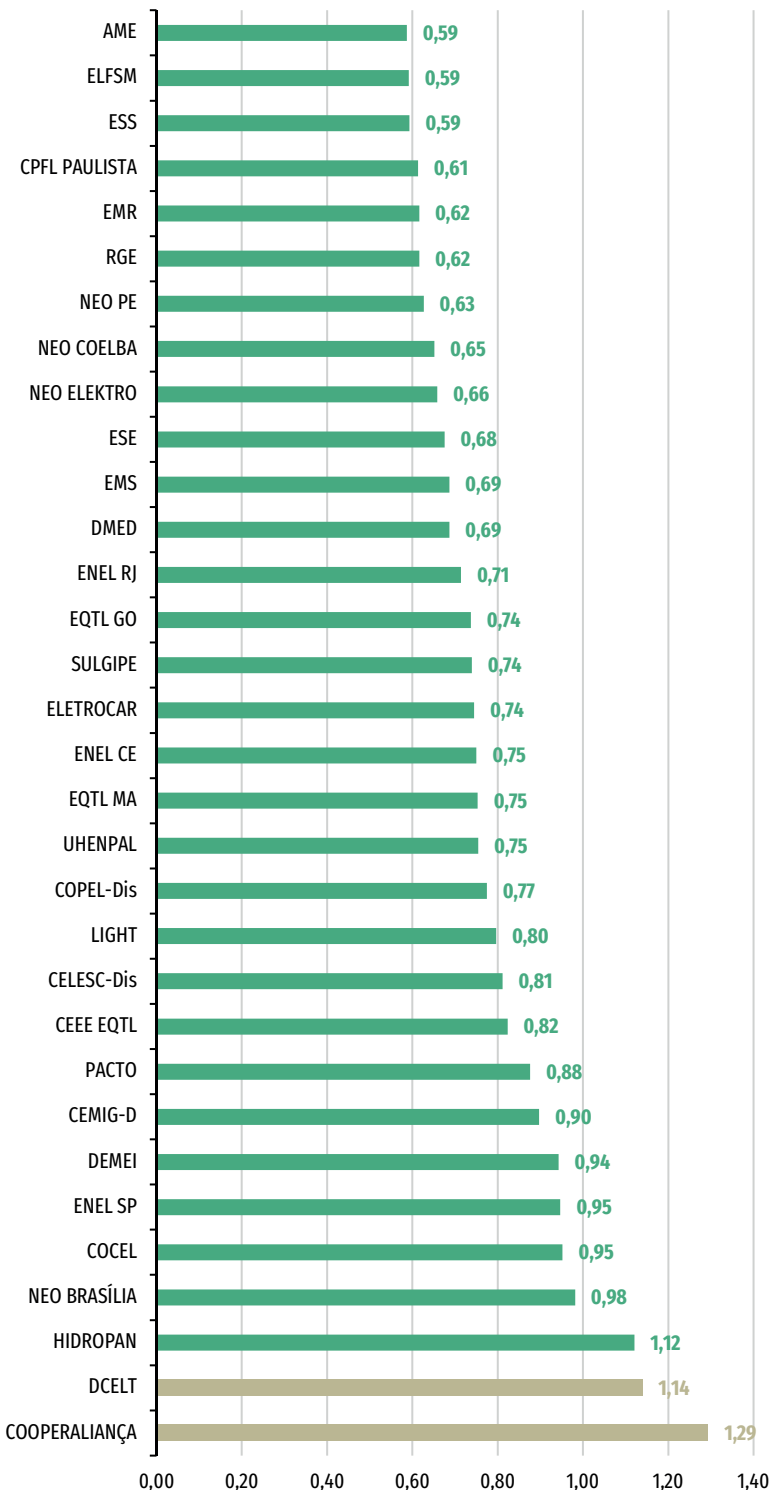
O indicador FEC é estabelecido pela ANEEL e mede a quantidade média de vezes que cada conjunto de unidades consumidoras sofreu interrupção no fornecimento de energia elétrica em um determinado período.

O FEC/Limite compara o valor do FEC observado com o limite definido pela ANEEL. Assim como no caso do DEC/Limite, esse índice mostra se a frequência de interrupções está dentro do padrão estabelecido pela ANEEL (menor ou igual um) ou se foi ultrapassado (maior que um).

Em junho, AME, ELFSM e ESS apresentaram o melhor desempenho em termos de frequência média de interrupções no fornecimento de energia, todas registrando um FEC de 0,59.

Entre junho de 2025 e junho de 2026, a duração média das interrupções no Brasil foi de 9 horas e 4 minutos. Por sua vez, a quantidade média de interrupções atingiu 4,56.

Gráfico 10 - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora em relação ao Limite Estabelecido pela ANEEL (FEC/Limite) - jun/26



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
A apuração desses indicadores considera interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos.



3. PETRÓLEO

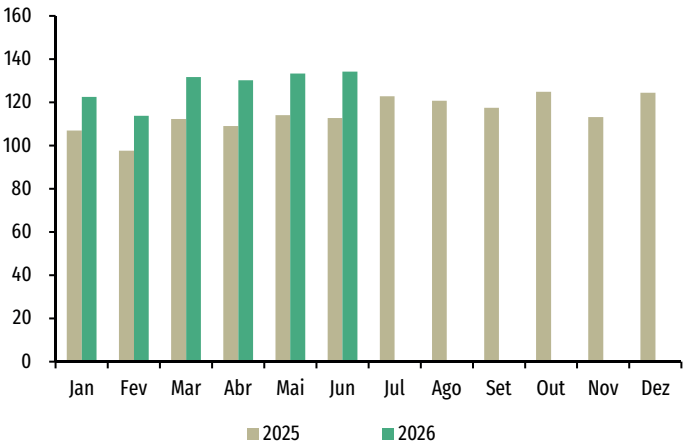
3.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de junho de 2026, foi de 134 milhões de barris de petróleo, equivalente (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 19% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em junho de 2026 foi de 28,4°, sendo que 3,9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 89,3% considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 6,8% considerada óleo pesado (menor que 22°API).

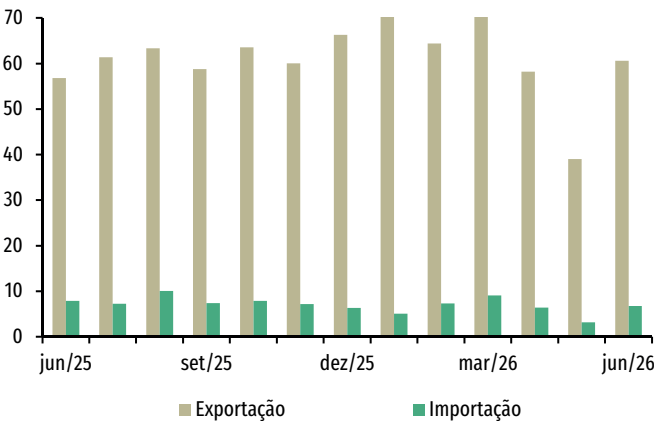
De acordo com a ANP, em junho de 2026, cerca de 98,1% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

Gráfico 11 - Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 12 - Exportação vs. Importação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

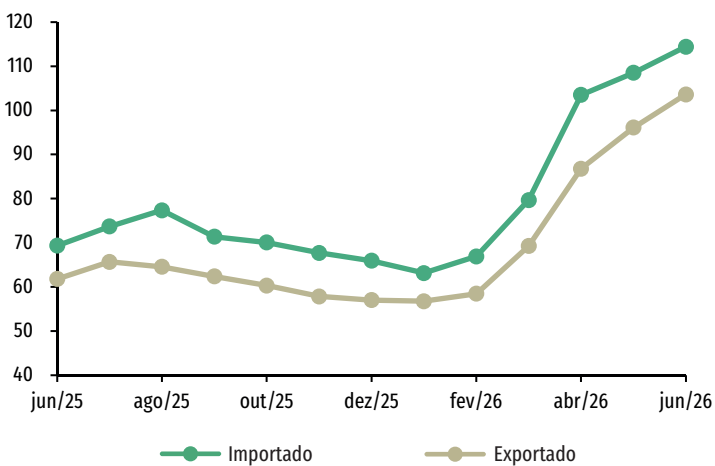


O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em junho de 2026, foi de 63 milhões bep. Esse volume foi 5% superior ao observado no mesmo mês em 2025.

O volume de petróleo exportado pelo país, em junho de 2026, foi de 60,6 milhões bep, volume 7% superior ao exportado em junho de 2025. Já a importação de petróleo foi de 6,7 milhões bep, volume 15% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior. O consumo aparente de petróleo alcançou 80,3 milhões bep.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em junho de 2026, foi de US\$ 114/barril, valor 65% superior ao observado em junho de 2025.

Gráfico 13 - Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 10 - Produção e Comércio Exterior de Petróleo (milhões bep)

Petróleo	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025
Produção de Petróleo (a)	112,7	134,2	19%
Importação de Petróleo (b)	7,9	6,7	-15%
Exportação de Petróleo (c)	56,8	60,6	7%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	63,8	80,3	26%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



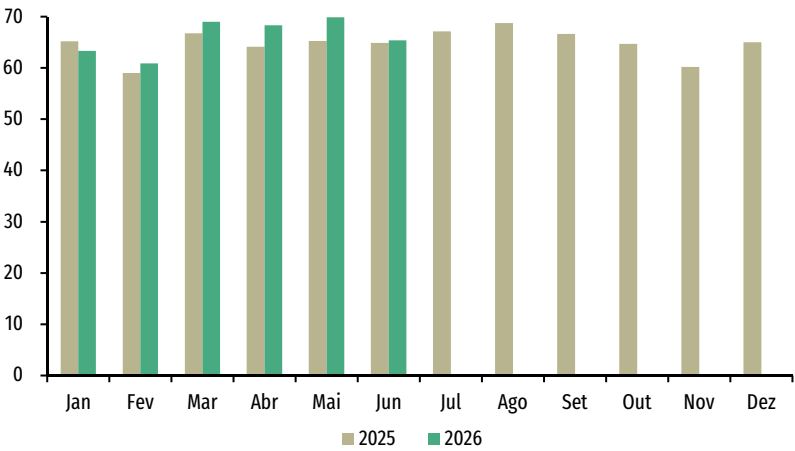
3.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em junho de 2026, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 65 milhões bep, volume 1% superior ao produzido em junho de 2025.

A importação de derivados de petróleo, em junho de 2026, foi de 14 milhões bep, valor 18% inferior ao registrado em junho do ano anterior. No que diz respeito à exportação de derivados de petróleo, em junho de 2026 foi constatado um total de 15 milhões bep, o que representa um volume 25% superior ao observado no mesmo mês de 2025.

Em junho de 2026, a dependência externa de derivados do petróleo foi de -2% em relação a um consumo aparente de 64 milhões bep.

Gráfico 14 - Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 15 - Importação e Exportação de Nafta (mil m³)

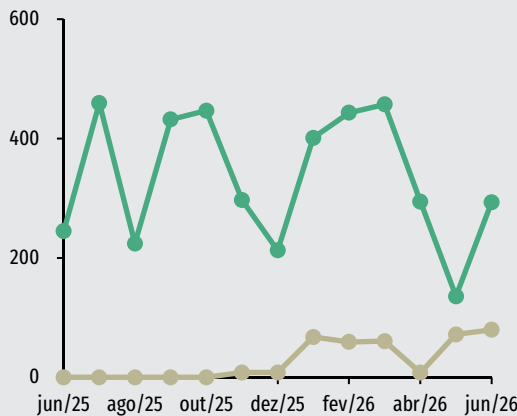


Gráfico 16 - Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

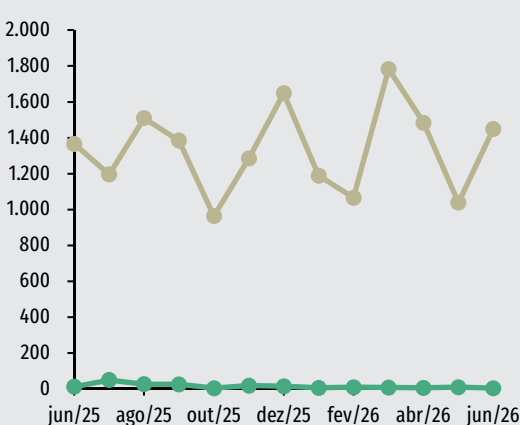


Gráfico 17 - Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)

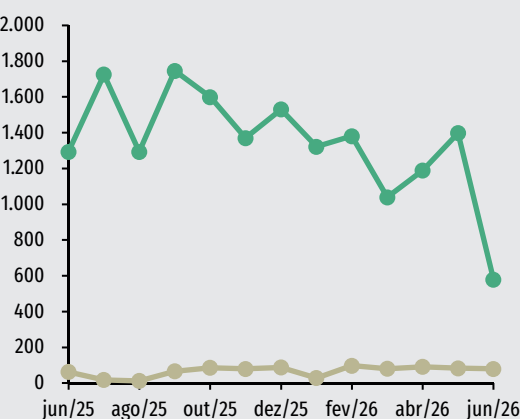
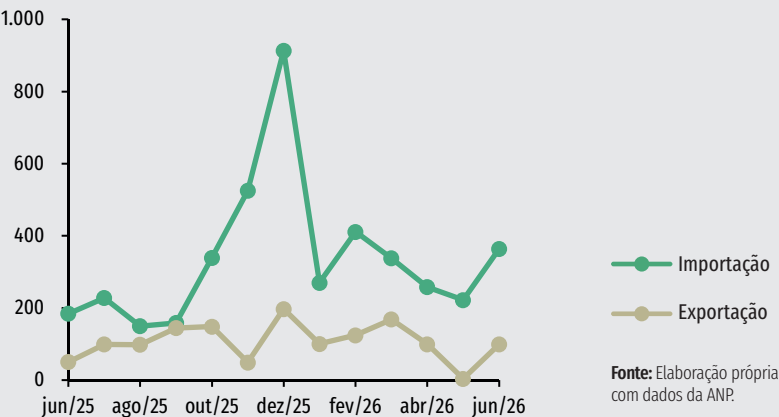


Gráfico 18 - Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Importação
Exportação

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Tabela 11 - Produção e Comércio Exterior de Derivados de Petróleo (em milhões de bep)

Derivados	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025
Produção de Derivados (a)	64,9	65,4	1%
Importação de Derivados (b)	16,5	13,5	-18%
Exportação de Derivados (c)	11,7	14,6	25%
Consumo Aparente (d)=(a+b-c)	69,7	64,2	-8%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.3. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em junho de 2026, apresentou saldo positivo de US\$ 5.912 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 5.912 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo em US\$ 2.672 milhões FOB.

Tabela 12 - Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhões US\$ FOB)

	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025
Petróleo			
Receita com exportação (a)	3.511	6.283	79%
Dispêndio com importação (b)	548	771	41%
Balança Comercial (c)=(a-b)	2.964	5.512	
Derivados			
Receita com exportação (d)	912	1.703	87%
Dispêndio com importação (e)	1.204	1.302	8%
Balança Comercial (f)=(d-e)	-292	400	
Petróleo e Derivados			
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	4.424	7.985	81%
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.752	2.073	18%
Balança Total (i)=(g)-(h)	2.672	5.912	

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.





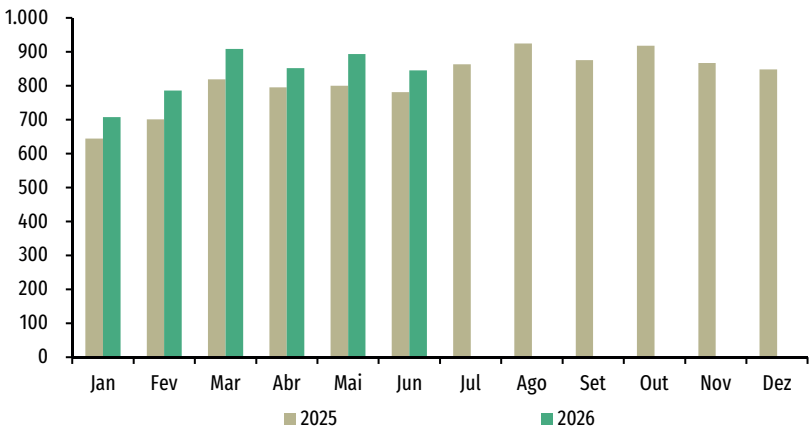
4. BIOCOMBUSTÍVEIS

4.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em junho de 2026, foi de 845 mil m³, montante 8% superior ao produzido em junho de 2025.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em junho de 2026, foi de R\$ 6,78/ℓ, valor 14% superior ao registrado em junho de 2025.

Gráfico 19 - Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Álcool

4.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2025/2026 produziu, até junho de 2026, 12 milhões de m³ de álcool. Desse total, 65% são referentes à produção de álcool etílico hidratado, que é o etanol comum, vendido nos postos de gasolina, enquanto o etanol anidro é aquele misturado à gasolina. A produção total de álcool foi 22% superior em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar no mesmo período foi de 11 milhões de toneladas, volume 13% inferior ao observado no mesmo período da safra 2024/2025.

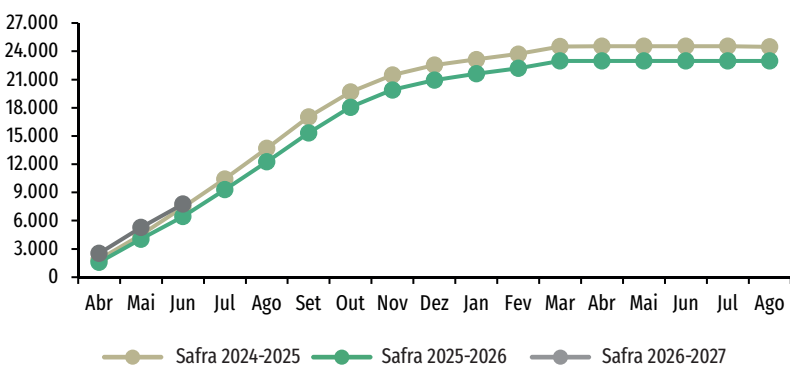
As safras se iniciam em abril e se encerram em agosto do ano posterior. Assim, durante quatro meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Tabela 13 - Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2025/2026 (até final de junho 2025)	Safra 2026/2027 (até final de junho 2026)	Variação (%)
Álcool Anidro (m³)	3.421.980	4.258.808	24%
Álcool Hidratado (m³)	6.456.081	7.777.587	20%
Total Álcool (m³)	9.878.061	12.036.395	22%
Açúcar (ton)	12.316.632	10.760.299	-13%

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Gráfico 20 - Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

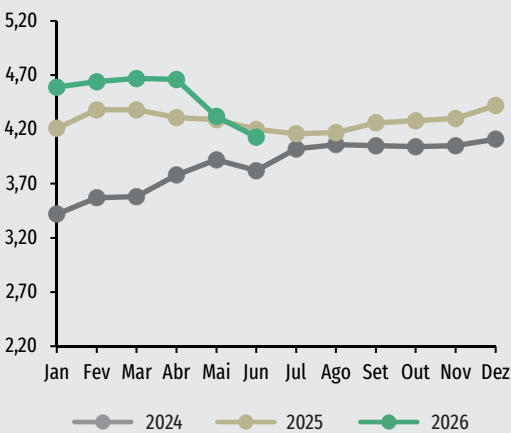
4.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,8 milhão de m³ em junho de 2026. Esse número representa um aumento de 11% em relação ao volume vendido em junho do ano anterior.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 32% do universo de vendas do álcool e da gasolina em junho de 2026. Essa participação foi 1,2 ponto percentual superior ao observado em junho do ano anterior.

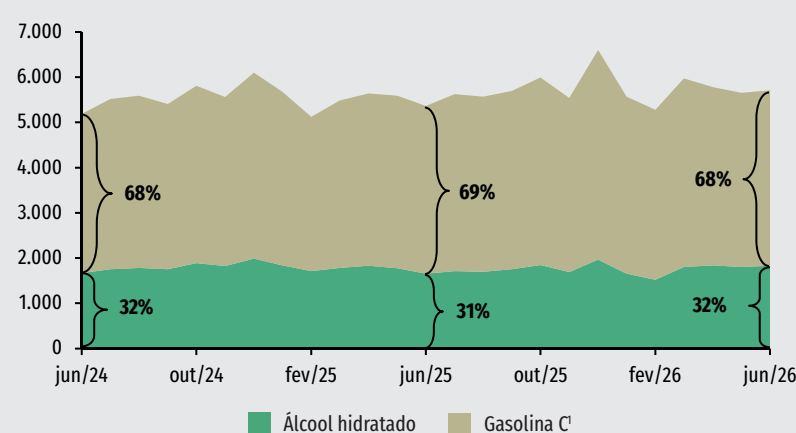
Em junho de 2026, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 4,13/l, valor 2% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 21 - Preço ao Consumidor de Álcool Etílico Hidratado (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 22 - Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhões m³)

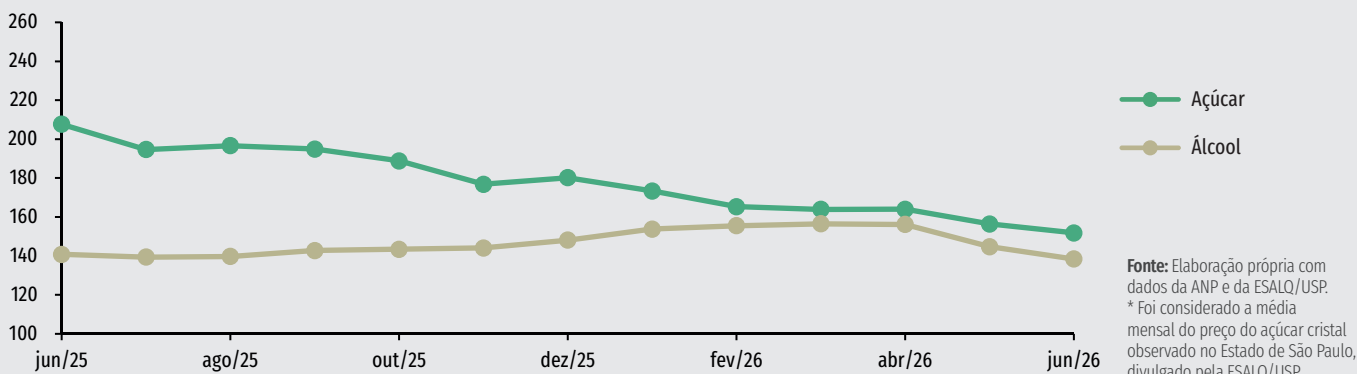


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.

Gráfico 23 - Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/18=100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.
* Foi considerado a média mensal do preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, divulgado pela ESALQ/USP.



5. GÁS NATURAL

5.1. Produção e Oferta Interna de Gás Natural (MME)

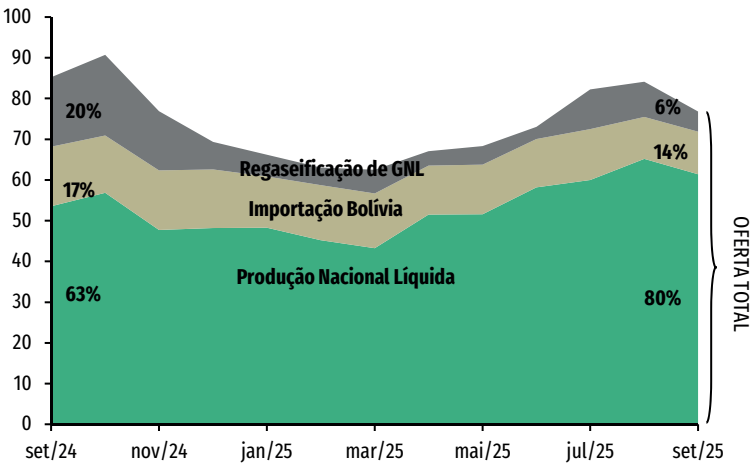
Segundo dados mais recentes divulgados pelo MME, a produção nacional diária média de gás natural, em setembro de 2025, foi de 191 milhões m³/dia, representando um aumento de 12% comparado a setembro do ano anterior.

A importação média de Gás Natural (GN) da Bolívia, em setembro de 2025, foi de 10,5 milhões de m³/dia, volume 28% inferior ao observado no mesmo mês de 2024. A importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL), em setembro de 2025, totalizou 5 milhões m³/dia, volume 71% inferior ao montante observado no mesmo mês do ano anterior.

Em setembro de 2025, a oferta total de gás natural totalizou 76,8 milhões m³/dia, valor 10% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 68,5% em setembro de 2024. Em setembro de 2025, essa proporção foi de 67,8%.

Gráfico 24 - Oferta Total de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

Tabela 14 - Balanço do Gás Natural no Brasil (milhões m³/dia)

	Setembro 2024	Setembro 2025	Variação % set/2025-set/2024
Produção Nacional ¹	169,9	190,6	12%
- Reinjeção	93,5	102,2	9%
- Queimas e perdas	3,6	4,1	13%
- Consumo próprio	19,2	22,9	19%
= Produção Nac. Líquida	53,6	61,4	15%
+ Importação Bolívia	14,6	10,5	-28%
+ Importação regaseificação de GNL	17,0	4,89	-71%
= Oferta	85,2	76,8	-10%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

Nota: ¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

5.2. Consumo de Gás Natural (MME)

O consumo de gás natural no país em setembro de 2025 foi, em média, cerca de 76 milhões de m³/dia. Essa média é 7% inferior ao volume médio diário consumido em setembro de 2024. O setor industrial consumiu aproximadamente 41 milhões de m³/dia de gás natural, volume 2% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 34% do consumo de gás natural em setembro de 2025. O setor industrial foi responsável por 54% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Tabela 15 - Consumo de Gás Natural por Segmento (milhões m³/dia)

	Setembro 2024	Setembro 2025	Variação % set/2025-set/2024
Industrial*	40,1	40,8	1,8%
Automotivo	4,4	4,0	-10%
Residencial	1,7	1,8	5%
Comercial	0,9	0,9	-1%
Geração Elétrica	33,1	26,0	-21%
Co-geração*	1,2	1,4	13%
Outros	0,62	1,1	78,1%
Total	82,0	75,9	-7%

Fonte: Elaboração própria com dados do MME.

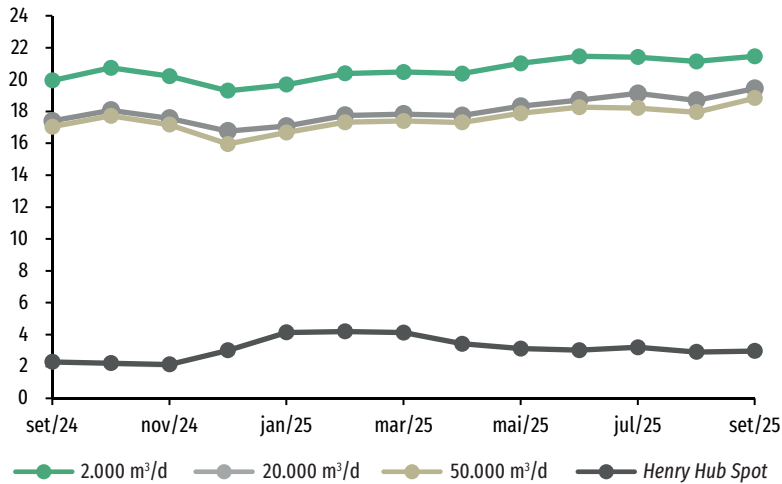
Nota: *Inclui consumo de refinarias, fábricas de fertilizantes e uso do gás como matéria-prima.

5.3. Preço do Gás Natural (MME e EIA)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em setembro de 2025, foi de US\$ 19,91/MMBtu, valor 10% superior ao observado em setembro de 2024 (US\$ 18,13/MMBtu).

Em setembro de 2025, o preço médio do gás natural no mercado *spot* Henry Hub foi de US\$ 2,97/MMBtu, valor 30% superior ao apresentado em setembro de 2024. Esse preço não inclui impostos e transporte, sendo estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Gráfico 25 - Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Energy Information Administration (EIA).

Nota: ¹Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

²Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.



6. TELECOMUNICAÇÕES

6.1. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel (ANATEL)

Foram realizados, aproximadamente, 278 milhões de acessos móveis no mês de junho de 2026, valor 4% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desses acessos, 24% foram realizados por tecnologia 5G, 64% por tecnologia 4G, 5% por tecnologia 3G e 7% por tecnologia 2G.

Em junho de 2026, a tecnologia 5G foi a que representou o maior crescimento em relação a junho de 2025 (37%), enquanto a tecnologia 3G apresentou a maior retração (15%).

Tabela 16 - Evolução do Número de Acessos Móveis por Tecnologia (milhões)

Fonte	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025	Variação % jun/2026
2G	18,9	18,8	0%	7%
3G	16,7	14,1	-15%	5%
4G	182,0	177,6	-2%	64%
5G	48,9	67,2	37%	24%
Total	266,5	277,8	4%	100%

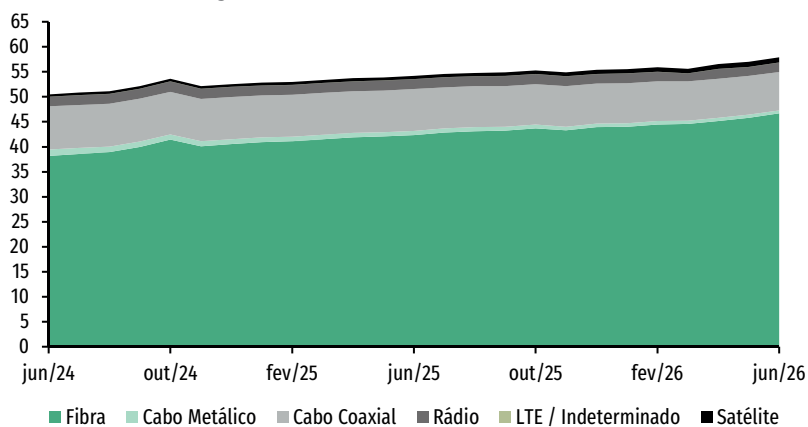
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6.2. Acessos em Internet Fixa (ANATEL)

No mês de junho de 2026, foram efetuados 58 milhões de acessos em internet fixa, valor 7% superior ao verificado no mesmo mês do ano anterior. Do total de acessos, 95% foram realizados em velocidade superior a 34 Mbps, o que representa um crescimento de 9% em relação aos acessos realizados em junho de 2025 nessa mesma faixa.

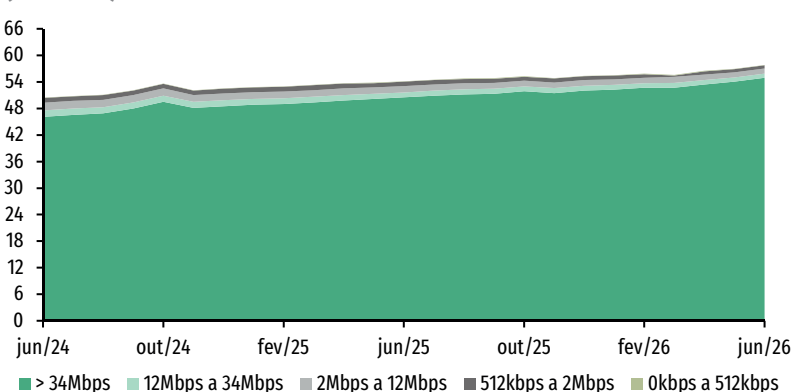
O aumento dos acessos em alta velocidade acompanha o crescimento da utilização da fibra ótica, que aumentou 10% com relação ao mesmo período do ano anterior. A fibra ótica é a tecnologia com maior número de acessos no Brasil, abrangendo 81% do mercado.

Gráfico 26 - Evolução dos Acessos por Tecnologia (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Gráfico 27 - Evolução de Acessos por Faixa de Velocidade (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



7. TRANSPORTES

7.1. Portos Seleccionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

7.1.1 Movimentação de cargas

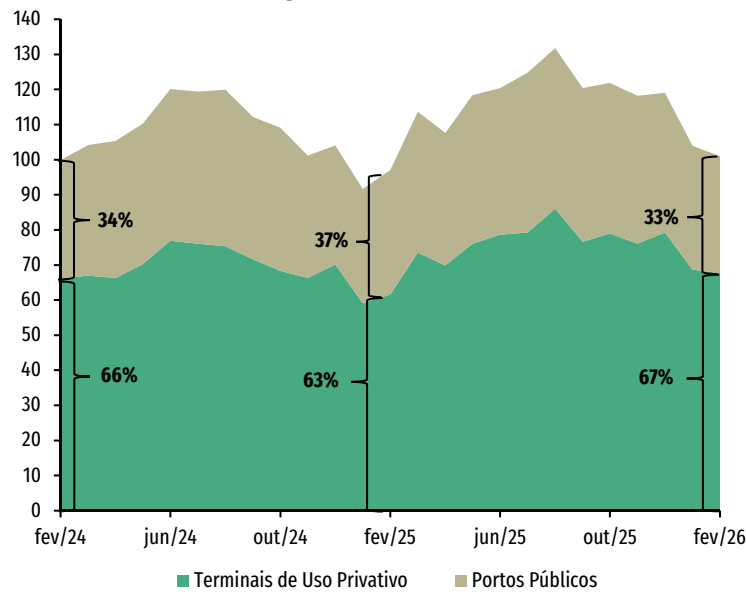
Os dados de movimentação portuária da ANTAQ são divulgados com defasagem em relação ao mês de publicação do relatório. Foram considerados os dados disponíveis.

Em fevereiro de 2026, o total de cargas movimentadas nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi de 101 milhões de toneladas, volume 4% superior ao do mesmo mês de 2025.

Os TUPs representaram 67% da movimentação total de cargas nos portos e terminais em fevereiro de 2026. A movimentação total nos TUPs foi de 68 milhões de toneladas, volume 10% superior ao observado no mesmo mês de 2025. Os portos públicos movimentaram 33 milhões de toneladas, volume 6% inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos

Gráfico 28 - Movimentação Total de Cargas (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Nota: A soma dos percentuais pode ser diferente de 100% por questões de arredondamento.

organizados e terminais privados do país, em fevereiro de 2026, foi de 1192 mil TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), volume 4% superior ao mesmo mês do ano anterior.

Tabela 17 - Movimentação Total de Cargas - por Natureza (mil toneladas)

	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Granel Sólido (a)	55.528	56.963	3%
Portos Públicos	20.332	18.566	-9%
TUPs	35.196	38.397	9%
Granel Líquido e Gasoso (b)	23.953	26.854	12%
Portos Públicos	4.693	4.889	4%
TUPs	19.261	21.965	14%
Carga Geral (c)	5.109	4.731	-7%
Portos Públicos	2.234	1.940	-13%
TUPs	2.875	2.790	-3%
Carga Containerizada (d)	12.443	12.437	0%
Portos Públicos	8.215	7.880	-4%
TUPs	4.228	4.557	8%
Total (a+b+c+d)	97.033	100.984	4,1%
Portos Públicos	35.473	33.275	-6%
TUPs	61.560	67.709	10%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

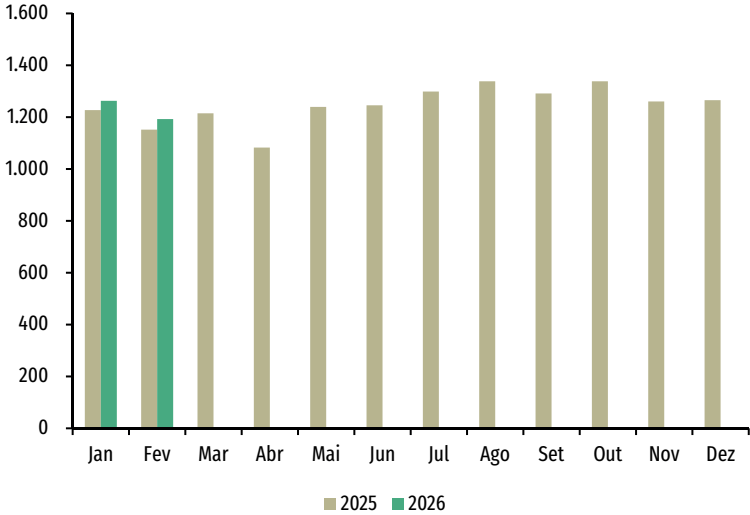
Em fevereiro de 2026, a navegação de longo curso representou 68% da movimentação total de cargas, seguida pela navegação de cabotagem (24%), de interior (7%) e de apoio marítimo e portuário (menos de 1%).

Na navegação de cabotagem, foram movimentadas 24 milhões de toneladas, valor 9% superior ao observado em fevereiro de 2025.

Os portos privados corresponderam por 75% das cargas movimentadas, totalizando 18 milhões de toneladas em fevereiro. Os portos públicos movimentaram 6 milhões de toneladas, 25% da movimentação total.

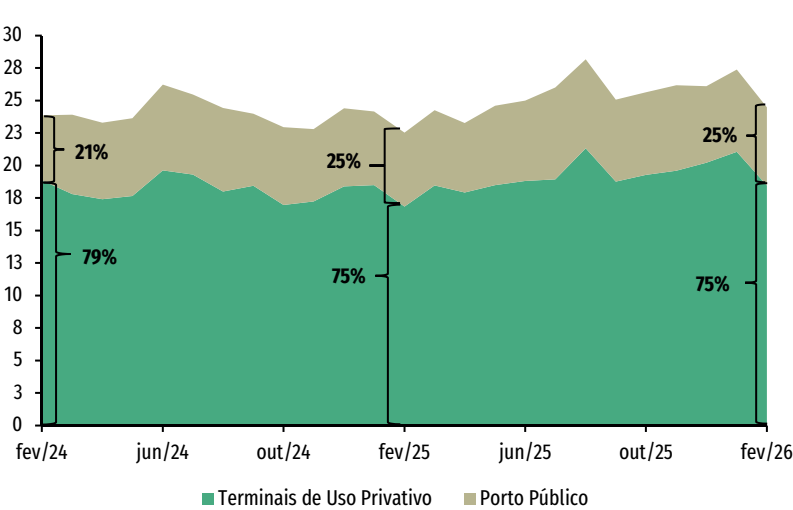
As principais cargas movimentadas, em toneladas, foram os graneis líquidos e gasosos (15,9 milhões ton), seguidos pelos graneis sólidos (4 milhões ton), pelas cargas containerizadas (3,8 milhões ton) e pela carga geral (0,8 milhões ton).

Gráfico 29 - Movimentação Total de Contêineres (mil TEUs)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Gráfico 30 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem (milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Tabela 18 - Movimentação Total de Cargas na Navegação de Cabotagem - por Natureza (mil toneladas)

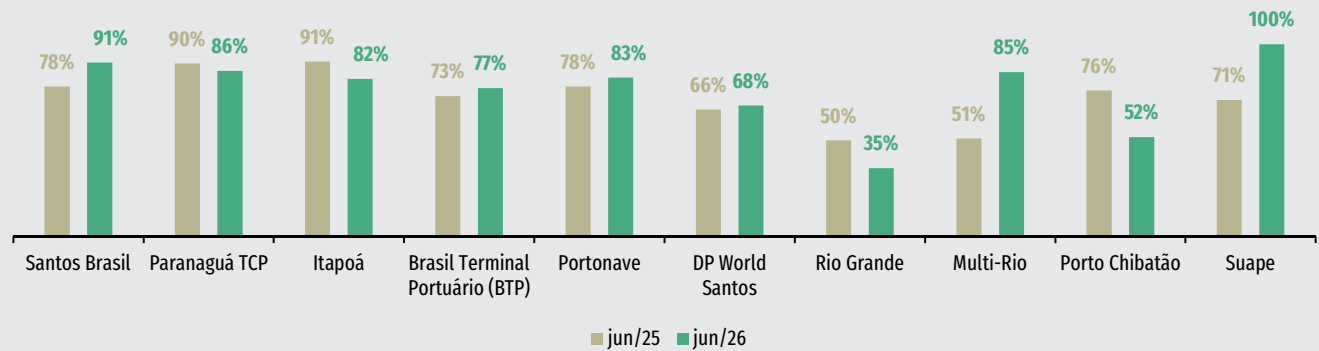
	Fevereiro 2025	Fevereiro 2026	Variação % fev/2026-fev/2025
Granel Sólido (a)	3.467	3.978	15%
Granel Líquido e Gasoso (b)	14.424	15.913	10%
Carga Geral (c)	889	811	-9%
Carga Containerizada (d)	3.736	3.763	1%
Total (a+b+c+d)	22.517	24.466	8,7%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

7.1.2. Capacidade utilizada nos terminais de contêineres

Em junho de 2026, dentre os dez terminais mais movimentados, o terminal de contêiner de SUAPE foi o que apresentou o maior nível de utilização, com 100% da ocupação.

Gráfico 31 - Utilização dos principais terminais de contêineres do Brasil em Junho (%)



Fonte: SOLVE Shipping.

7.1.3. Cancelamentos, omissões e atrasos nos terminais de contêineres

Das 3173 operações de contêiner previstas na navegação de longo curso de janeiro a junho de 2026, foram contabilizados 651 casos de omissões ou cancelamentos (21% do total). O terminal Paranaguá TCP foi o que apresentou o maior número de problemas (109), seguido por Santos Brasil (100) e Brasil Terminal Portuário – BTP (69).

Tabela 19 - Cancelamentos e omissões nas principais instalações que movimentam contêineres (jan/26 a jun/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Brasil Terminal Portuário (BTP)	69	359	19%
Multi-Rio	50	237	21%
Paranaguá TCP	109	530	21%
Rio Grande	60	240	25%
DP World Santos	23	212	11%
Itapoá	42	285	15%
Portonave	42	185	23%
Santos Brasil	100	383	26%
Pecém	17	72	24%
Suape	5	75	7%
Outros	134	595	23%
Brasil	651	3.173	21%

Fonte: SOLVE Shipping.

Em relação à pontualidade das movimentações nessas infraestruturas, de janeiro a junho de 2026, foram 1096 casos de atraso, o que representa 35% do total. Nesse período, a instalação que apresentou o maior número de operações não pontuais foi o Brasil Terminal Portuário (BTP) com 177 registros de atraso.

Tabela 20 - Atrasos nas principais instalações que movimentam contêineres (jan/26 a jun/26)

Instalação portuária	Atrasos	Operações previstas	Percentual em relação ao previsto
Paranaguá TCP	168	530	32%
Brasil Terminal Portuário (BTP)	177	359	49%
Santos Brasil	89	383	23%
Portonave	101	185	55%
DP World Santos	77	212	36%
Multi-Rio	111	237	47%
Itapoá	73	285	26%
Rio Grande	70	240	29%
Suape	28	75	37%
Pecém	7	72	10%
Outros	195	595	33%
Brasil	1.096	3.173	35%

Fonte: SOLVE Shipping.

Nota: O Porto de Chibatão (AM) não conta com essas estatísticas e foi substituído pelo Porto de Pecém (CE), que foi o 11º colocado em termos de movimentação de contêineres entre janeiro e abril de 2025 no país.

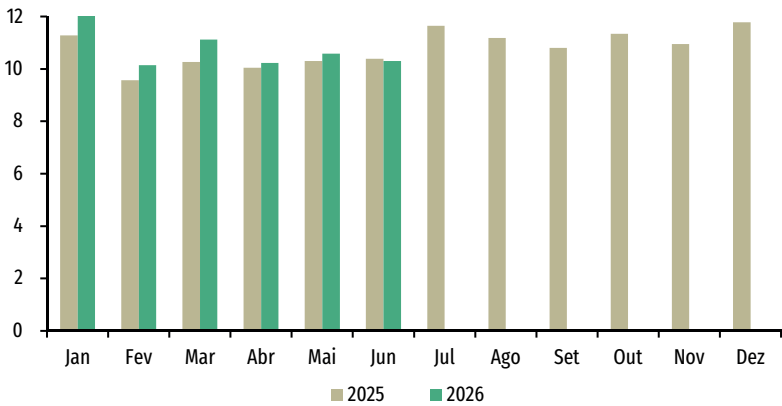
De janeiro a junho de 2026, 55% dos embarques previstos nos terminais de contêineres do país sofreram atrasos, omissões ou cancelamentos.

7.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em junho de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 10,3 milhões de passageiros, valor 1% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representaram 79% da movimentação total em junho de 2026.

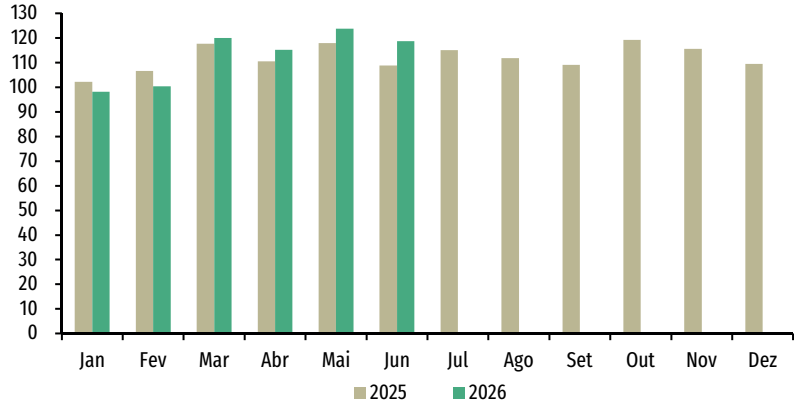
A movimentação de carga aérea total no país, em junho de 2026, somando mercado nacional e internacional, foi de 119 mil toneladas, montante 9% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 32% do total de cargas movimentadas no período.

Gráfico 32 - Movimentação Mensal de Passageiros (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Gráfico 33 - Movimentação Mensal de Cargas (mil toneladas)

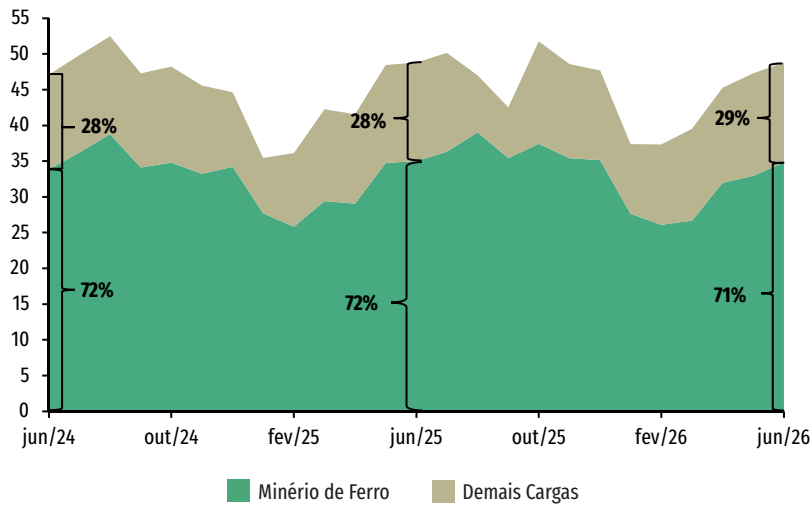


Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

7.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em junho de 2026, foi de 49 milhões de toneladas úteis (TUs), valor aproximado ao observado no mesmo mês de 2025. A movimentação de cloreto de potássio foi a que apresentou maior crescimento (41%). O minério de ferro correspondeu a 71% do total movimentado em junho de 2026.

Gráfico 34 - Movimentação de Minério de Ferro e Demais Cargas (milhões TU)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

Tabela 21 - Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias (mil TU)

Mercadorias	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025
Minério de Ferro	35.017	34.841	-1%
Soja	5.347	5.366	0%
Açúcar	1.676	1.619	-3%
Celulose	1.203	1.111	-8%
Farelo de Soja	700	906	29%
Produtos Siderúrgicos	837	748	-11%
Cobre	502	669	33%
Carvão Mineral	465	520	12%
Cloreto de Potássio	312	438	41%
Demais Produtos	2.735	2.584	-6%
Total	48.793	48.802	0,0%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

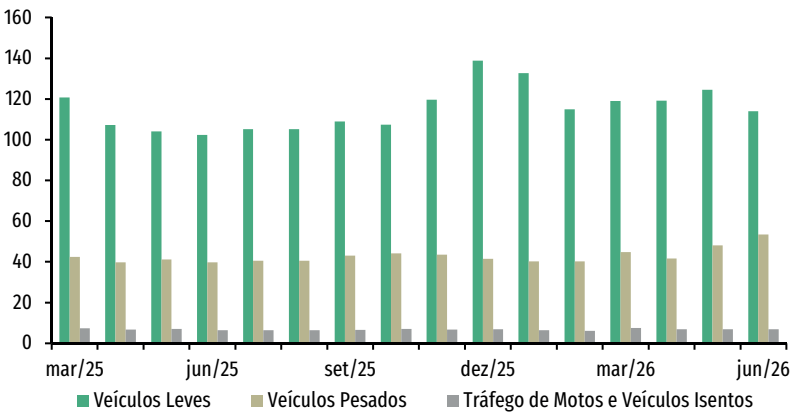
7.4. Tráfego Rodoviário Pedagiado (ABCR)

Em junho de 2026, a movimentação em rodovias federais e estaduais pagadas foi de 174 milhões de veículos, valor 17% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os veículos leves representaram 65% da movimentação total, seguido pelos veículos pesados (31%) e motos (1%). O tráfego isento em rodovias pagadas somou 5 milhões de veículos, o que representa 3% do total.

O tráfego de veículos pesados em junho de 2026 foi de 53,4 milhões de veículos, equivalente à 31% de todo o tráfego pagado. Esse valor foi 34% superior ao observado no mesmo mês no ano anterior. O tráfego pagado de veículos leves foi de 114 milhões de veículos, valor 11% superior ao verificado em junho de 2025.

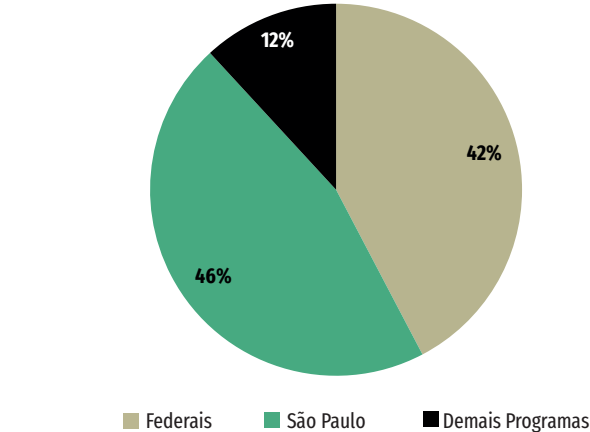
A avaliação por tipo de gestão das rodovias revela que o tráfego em rodovias federais pagadas foi de 74 milhões, valor 29% superior ao observado em junho de 2025. Em relação às rodovias estaduais pagadas, o tráfego foi de 100,5 milhões, valor 10% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Desse total, trafegaram nas rodovias do estado de São Paulo 79,8 milhões de veículos, e em outros estados, 20,6 milhões.

Gráfico 35 - Movimentação em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Gráfico 36 - Participação por Tipo de Gestão no Tráfego Rodoviário Pedagiado em Junho de 2026 (%)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABCR.

Tabela 22 - Tráfego de Veículos em Rodovias Pedagiadas (milhões de veículos)

Classe	Junho 2025	Junho 2026	Variação % jun/2026-jun/2025
Veículos leves	102,3	114,0	11,4%
Veículos pesados	39,7	53,4	34,3%
Motos	2,4	2,2	-9,0%
Tráfego isento	4,1	4,6	13,8%
Tráfego total	148,6	174,2	17,3%

Fonte: Elaboração Própria com dados da ABCR.

7.5. Acidentes em Rodovias Federais (PRF)

Tabela 23 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais - por Trechos Rodoviários (acumulado até Junho de cada ano)

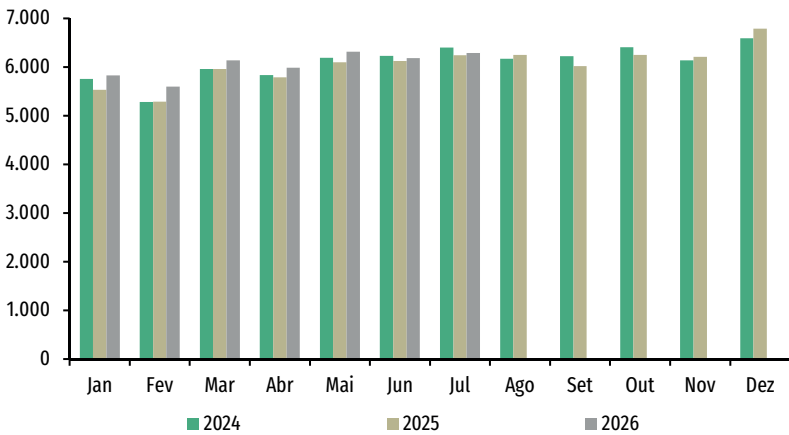
BR/UF	2025	2026	Variação (2026/2025)
SC-101	2.008	2.053	2%
SP-116	1.554	1.530	-2%
MG-381	1.276	1.433	12%
RJ-101	1.138	1.197	5%
PR-277	1.032	1.145	11%
ES-101	1.049	884	-16%
MG-40	943	921	-2%
RJ-116	859	874	2%
PR-376	806	920	14%
PB-230	631	547	-13%
RS-116	642	629	-2%
SC-282	657	785	19%
MG-116	643	687	7%
RS-290	436	346	-21%
SC-470	507	557	10%
MT-163	491	464	-5%
MG-262	516	517	0,2%
PE-101	498	667	34%
BA-101	493	453	-8%
Demais Trechos	18.598	19.429	4%
Total	34.777	36.038	4%

Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

Em junho de 2026, foram registrados 6.184 acidentes nas rodovias federais brasileiras, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O total de acidentes é 1% superior ao mesmo mês de 2025.

Os trechos das rodovias federais que mais concentraram acidentes entre janeiro e junho de 2026 foram os da BR 101/SC (2053 acidentes), BR 116/SP (1530 acidentes) e BR 381/MG (1433 acidentes).

Gráfico 37 - Evolução dos Acidentes em Rodovias Federais (total mensal)



Fonte: Elaboração própria com dados da PRF.

7.6. Preço ao Consumidor da Gasolina Comum e Óleo Diesel (ANP)

O preço médio da gasolina comum, em abril de 2026, foi de R\$ 6,74/L, valor 7% superior ao observado em abril de 2025 (R\$ 6,32/L).

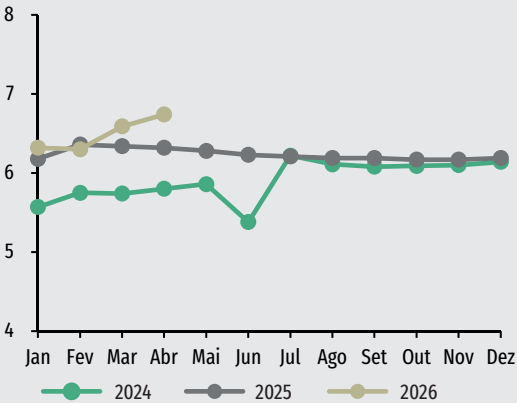
De acordo com os últimos dados divulgados pela ANP, relacionados à composição e estruturas de formação de preços, referentes a abril de 2026, os tributos federais corresponderam a 10% do preço da gasolina comum, valor 1 ponto percentual (p.p.) inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 23% do preço, uma diminuição de 0 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As

margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 2 p.p. no período.

Já o preço médio do óleo diesel, em abril de 2026, foi de R\$ 7,28/L, valor 17% superior ao observado em abril de 2025 (R\$ 6,22/L).

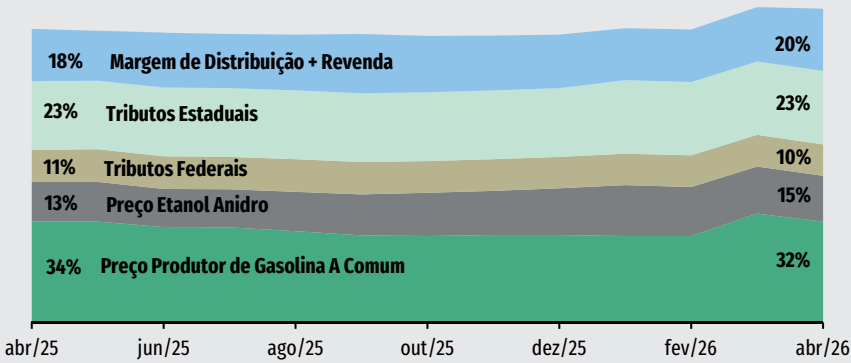
Segundo as informações mais recentes, disponibilizadas pela ANP, relacionadas à composição e estruturas de formação de preços, referentes a abril de 2026, os tributos federais corresponderam a 0% do preço do óleo diesel, valor 5 pontos percentuais (p.p.) inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os tributos estaduais representaram 3% do preço, uma diminuição de 15 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. As margens de distribuição mais revenda apresentaram um aumento de 12 p.p. no período.

Gráfico 38 - Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum (R\$/L)



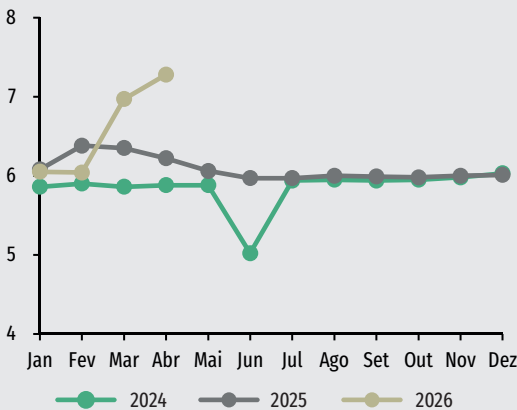
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 39 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor da Gasolina Comum



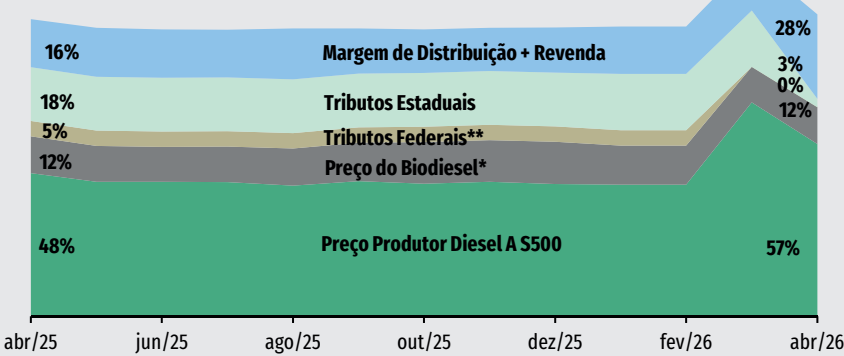
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 40 - Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Gráfico 41 - Evolução da Composição do Preço Médio ao Consumidor do Óleo Diesel



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Nota: *Preço do biodiesel com frete e tributos.

**Conforme fim da medida provisória do Governo Federal, houve reoneração dos tributos federais a partir de 01/01/2024.



Veja mais

Mais informações sobre a infraestrutura e a indústria brasileira em: www.portaldaindustria.com.br/cni/canaais/infraestrutura/

